



Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 09/08/2011 às 11:40
Beanne / estagiário

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV-540

00190

| | |
|--------------------|---|
| Data 09/08/2011 | Proposição Medida Provisória nº 540/2011 |
|--------------------|---|

| | |
|---------------------------------------|------------------|
| Autor DEPUTADO MAURO LOPES PMDB/MG | nº do prontuário |
|---------------------------------------|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|---|---|---|--|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2 <input type="checkbox"/> substitutiva | 3 <input type="checkbox"/> modificativa | 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|---|---|---|--|

| | | | |
|-----------|--------|--|--|
| Página 01 | Artigo | | |
|-----------|--------|--|--|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na Medida Provisória nº 540, de 02 agosto de 2.011, um artigo com a seguinte redação:

"Art. ____ - O Art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2.002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

" Art. 2º -

§ 3º-A - Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota da contribuição do PIS/Pasep, incidente sobre as receitas decorrentes da prestação dos serviços de transporte público coletivo de passageiros sob pneus."

JUSTIFICATIVA

A pobreza não é apenas insuficiência de renda para que uma pessoa satisfaça suas necessidades básicas, mas também, a privação do acesso aos serviços essenciais e aos direitos da vida social.

Não se pode ignorar que os serviços públicos essenciais são fundamentais para a qualidade de vida da população, como o transporte público coletivo de passageiros sob pneus, o qual possui tal atribuição expressa na Constituição Federal (Art. 30, inciso V) e tem o objetivo de contribuir para que o cidadão brasileiro possa se deslocar de um lugar para outro, ou seja, garante o pleno exercício do direito constitucional de ir e vir (Art. 5, inciso XV).

Pesquisas do Governo Federal (IPEA e Ministério das Cidades) constataam que grande parte das pessoas integrantes das classes D e E, que são 45 % da população brasileira, não está utilizando o transporte público, pois não dispõem de dinheiro para pagar as tarifas do transporte público de suas cidades.

Assim, deve-se priorizar o baixo custo das tarifas do transporte públicos visando realizar a verdadeira justiça social.

Para tanto, propomos a presente desoneração da contribuição do PIS/Pasep incidente sobre os serviços de transporte publico coletivo de passageiros sob pneus com o objetivo de reduzir o custo da tarifa deste serviço público essencial para o povo brasileiro.

PARLAMENTAR



F41E829B54